

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA \_\_ VARA FEDERAL  
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF**

**URGENTE**: IMPOSIÇÃO DE SIGILO A ESTUDOS E DADOS SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL PELO MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 5º, XXXIII c/c ART. 37, CAPUTE §3º, II.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

**PERECIMENTO DO DIREITO ÀS  
14H30 DO DIA 23/04/2019**

**PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT**, partido político com representação no Congresso Nacional, devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral, inscrito no CNPJ/MF nº 00.676.262/0001-70, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco C, nº 256, Edifício Toufic, CEP nº 70.302-000, Brasília/DF, representado, representado, na forma do seu Estatuto Social, por sua Presidenta, **GLEISI HELENA HOFFMANN**, brasileira, casada, Deputada Federal (PT/PR), RG nº 3996866-5 SSP/PR, CPF nº 676.770.619-15, endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 232 - Anexo 4, **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT**, por seu Diretório Nacional, inscrita no CNPJ/MF nº 01.349.815/0001-43, com sede no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 02, Lote 03, Brasília/DF, CEP nº 70.042-900, neste ato representado por seu Presidente, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 036289023 IFP, CPF nº 434.259.097-20; o **PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL**, por seu Diretório Nacional, inscrito no CNPJ nº 06.954.942/0001-95, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco C, nº 252, 5º andar, Edifício Jamel Cecílio, Brasília/DF, CEP nº 70.302-

905, Brasília/DF, representado por **JULIANO MEDEIROS**, brasileiro, historiador e residente e domiciliado em São Paulo/SP e **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – PC do B**, pessoa jurídica de direito privado, registrado no Tribunal Superior Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 54.956.495/0001-56, com sede na sala 1.224, do Edifício Executivo Office Tower, localizado no bloco F, da Quadra 2, do SHN, Asa Norte, Brasília, DF, representado por sua Presidenta, **LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS**, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento do art. 5º, LXIX e LXX da Constituição da República c/c art. 1º e ss. da Lei n. 12.016/09, ajuizar

***MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO***  
***c/c PEDIDO DE LIMINAR***

2

em face de ato do Secretário de Previdência do Ministério da Economia, **ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO**, inscrito no CPF sob o nº 413.011.294-53, do Subsecretário do Regime Geral De Previdência Social do Ministério da Economia, **ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI**, inscrito no CPF sob o nº 147.972.178-63, todos podendo ser citados em Esplanada dos Ministérios, Bloco F - Brasília, DF, CEP nº 70297-400 pelos termos e argumentos que se seguem.

**I – BREVE SÍNTESE DOS FATOS**

1. Em 20 de fevereiro de 2019, a atual gestão do Poder Executivo Federal apresentou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 06/2019, mais conhecida como “PEC da Previdência”.
2. Por se tratar de matéria de grande complexidade técnica e de relevância

ímpar na agenda política brasileira, o Ministério da Economia realizou diversos estudos que, em tese, visavam justificar as medidas de ajuste fiscal a serem realizadas no âmbito da Seguridade Social.

3. Entretanto, os dados destes estudos e pesquisas, apesar de versarem sobre matéria de interesse público, foram taxados com nível de acesso restrito pelos impetrados, podendo ser consultados apenas por servidores e autoridades do Governo.

4. Ou seja, embora sejam dados públicos, as autoridades coatoras estão impedindo a sua consulta pela sociedade civil, impedindo que o cidadão se informe.

5. O periódico Folha de São Paulo<sup>1</sup>, órgão de imprensa reconhecido nacionalmente, foi uma das entidades que buscou acesso às informações existentes no Ministério da Economia sobre os dados previdenciários com base na Lei de Acesso à Informação.

3

6. Entretanto, obtive como resposta “*que todos os expedientes foram classificados com nível de acesso restrito por se tratarem de documentos preparatórios*”.

7. Outro pedido que os impetrantes tiveram acesso diz respeito ao pedido de protocolo n. 16853001867201908, datado de 21 de março de 2019, que trazia a seguinte manifestação (doc. anexo):

Gostaria de ter acesso à memória de cálculo do impacto da PEC 6/2019 (reforma da previdência).

<sup>1</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/governo-decreta-sigilo-sobre-estudos-que-embasam-reforma-da-previdencia.shtml>

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/governo-decreta-sigilo-sobre-estudos-da-reforma-da-previdencia>

<https://economia.ig.com.br/2019-04-22/sigilo-prova-que-previdencia-nao-e-justa-e-nem-necessaria-diz-manuela-davila.html>

No item 114 da Exposição de Motivos da referida PEC, há uma tabela com o sumário do impacto, agregando receitas e despesas, para 10 e 20 de alguns grandes grupos e o impacto total.

Necessito da abertura desses grupos, com o máximo de detalhe possível.

Por exemplo: no impacto previsto de R\$ 715 bilhões em 10 anos para a reforma do RGPS, qual a participação das mudanças nas regras da aposentadoria rural? Qual o impacto do aumento do tempo mínimo de contribuição de 20 anos para o trabalhador urbano (comparando com a regra atual de 15 anos de contribuição, com idade mínima de 65 anos para homens e 60 para mulheres)? Qual o impacto do estabelecimento da idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres (comparando com a regra atual que permite a aposentadoria para os trabalhadores do RGPS apenas por tempo de contribuição)?

Além de toda a memória de cálculo que foi realizada, com a máxima abertura disponível, gostaria de saber se o custo de transição para o regime de capitalização está embutido no impacto total de R\$ 1.072,4 bilhão em 10 anos.

4

Caso não esteja, qual o custo de transição previsto para a implantação do regime de capitalização?

Após finalizado o período de transição, qual a estimativa de custo a cada ano, no regime de capitalização, com a complementação para que se alcance o valor mínimo de 1 salário mínimo na aposentadoria daqueles trabalhadores que tiverem cumprido os requisitos de tempo e idade para se aposentar, mas que a sua conta individual não tenha capitalizado o suficiente para conferir-lhe um benefício de um salário mínimo?

8. Como resposta, por sua vez, foi dito pelo Assessor Técnico do Gabinete da Secretaria de Previdência que:

Sr. (a),

Em atendimento à solicitação, esta Secretaria de Previdência informa que elaborou, no âmbito de suas competências regimentais, manifestações técnicas relativas à Proposta de Emenda à Constituição - PEC n. 06/2019.

Contudo, registra-se que todos os expedientes foram classificados com nível de acesso restrito por se tratarem de documentos

preparatórios, conforme inciso XII do art. 3º, do Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012.

Assim, seguindo manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por meio do despacho s/nº de 01 de março de 2019 (processo SEI nº 16853.001246/2019-16), não será possível a liberação dos documentos solicitados, nos termos do art. 20 do mencionado Decreto e do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527/2011, uma vez que a PEC nº 06/2019 ainda se encontra em fase inicial de tramitação no Congresso Nacional.

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão Ministério da Economia

9. Registra-se, ainda, a ciência de que o processo SEI n. 16853.001246/2019-16, de autoria de Francisco Eduardo Gonçalves, em trâmite no Ministério da Economia, também versa sobre a requisição de informações sobre dados de estudos promovidos por aquela pasta sobre a Previdência Social, mas não se tem acesso aos autos em razão do sigilo imposto sobre a questão.

10. Entretanto, o acompanhamento público do processo indica que o mesmo já teve seus requerimentos negados pela Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS) e pela Secretaria de Previdência (SPREV). Destas decisões, o administrado interpôs recurso à Controladoria-Geral da União.

11. Dito isso, não é preciso grandes elucubrações para se evidenciar que tal postura viola o interesse público e o princípio da publicidade, tendo em vista que a população fica restrita às interpretações dadas pelo Governo sobre tais estudos, não podendo sequer contrarrazoar os métodos e resultados.

12. Por tais razões que os impetrantes, cumprindo seu papel constitucional de representatividade social, vêm defender o interesse público na publicização destes estudos e informações, razão pela qual pugna pela concessão da ordem aqui perseguida.

## II –DA LEGITIMIDADE DOS IMPETRANTES E DO CABIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

13. Conforme o art. 5º, LXIX da Constituição da República, replicado pelo art. 1º da Lei 12.016/09, “*conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*”

14. O Mandado de Segurança Coletivo, por sua vez, poderá ser impetrado por Partido Político com representação no Congresso Nacional para fins de “*defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária*”.

6

15. Sobre a finalidade partidária, insta destacar que o art. 1º da Lei 9.096/95, traz que “*o partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.*”

16. Assim, os impetrantes, por possuírem representatividade no Congresso Nacional, são entes legítimos para impetrar Mandado de Segurança Coletivo que vise defender o regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e os direitos fundamentais definidos na Constituição da República contra atos ilegais promovidos por autoridade.

17. Já no que tange ao cabimento, basta ressaltar que o ato dos impetrados, aqui reputado como ilegal, encontra vedação no art. 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal, onde se tem a previsão taxativa do direito fundamental ao acesso à

informação oriunda de órgãos públicos.

18. E mais, por se tratar de dados públicos, a decretação de sigilo dos documentos referentes aos estudos promovidos sobre a Previdência Social também divergem no princípio da publicidade, previsto no art. 37, *caput* da Carta Magna, reforçado pelo §3º, inciso II do mesmo dispositivo.

19. Encontra-se violada, também, a Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), sobretudo em seus art. 3º, incisos I e II e art. 5º.

20. Por fim, destaca-se que da decisão administrativa acima transcrita foi interposto o recurso cabível por um terceiro que não os impetrantes, de modo que esta decisão não é recorrível por parte destes que movem esta ação. **Ademais, em razão do perigo da demora, não se mostra adequado aguardar a sua deliberação para fins de atuação do Poder Judiciário.**

7

21. Por tais razões, evidente a legitimidade dos impetrantes e o cabimento deste Mandado de Segurança Coletivo.

### III – DA LEGITIMIDADE PASSIVA DOS IMPETRADOS

22. Impetra-se o presente *mandamus* em face das autoridades públicas: (i) **Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social, ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI** e (ii) do **Secretário de Previdência ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO.**

23. A legitimidade passiva dos impetrados advém do fato de serem eles as autoridades competentes e responsáveis pela decisão administrativa dada no âmbito do requerimento de informações de protocolo nº 16853001867201908, o qual negou acesso às informações ali solicitadas, conforme se demonstra no registro do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Economia nos autos

no processo SEI nº 16853.001246/2019-16, conforme documento que se junta aos autos.

24. Registre-se que os impetrantes não conseguiram obter acesso aos despachos de negativa das referidas autoridades, justamente porque foi imposto sigilo indevido, inclusive no pedido de acesso à informação.

25. No entanto, fica claro a partir do trâmite processual anexado a este processo que as duas autoridades praticaram atos, no âmbito de suas respectivas competências previstas em lei, e denegaram acesso à informação.

### III – DO DIREITO

26. A Constituição da República, na oportunidade em que elenca os direitos e garantias fundamentais do cidadão, eleva ao patamar de cláusula pétrea o direito ao acesso à informação pública. Vejamos:

8

Art. 5º, XXXIII: **todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral**, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

27. Tal direito do cidadão, por sua vez, converte-se em obrigação da própria Administração, prevista literalmente no art. 37, *caput* e §3º, inciso II. Vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios** de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

[...]

II - **o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo**, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

28. Posteriormente, o legislador ordinário, editou a Lei de Acesso à Informação, oportunidade em que trouxe:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar **o direito fundamental de acesso à informação** e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

[...]

Art. 5º **É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação**, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

29. Isto é, são diversos os dispositivos que demonstram ser necessária ampla publicidade dos atos da Administração, figurando como um direito do cidadão e um dever do Estado a divulgação de documentos independentemente de requisição.

30. No caso em comento, por seu turno, foi formalmente requisitado à Administração dados reconhecidamente utilizados na formulação da Proposta de Emenda à Constituição encaminhada ao Congresso Nacional, que os nega com fundamento no art. 20 do Decreto n. 7.724/2012. Vejamos:

Art. 20. O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento **de tomada de decisão ou de ato administrativo**, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

31. Entretanto, ao contrário do que indica a resposta dada pelo Ministério da Economia, **o mencionado dispositivo não é aplicável ao caso concreto, uma vez que edição do ato ou da decisão administrativa, no presente caso, quando muito, seria a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo.**

32. Pelo art. 3º do mesmo Decreto n. 7.724/2012, tem-se que documentos preparatórios são aqueles “*utilizados como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas*”.

33. **Não se pode confundir, portanto, tomada de decisão administrativa ou ato administrativo com promulgação de Proposta de Emenda à Constituição.**

34. Inclusive, destaca-se que no âmbito administrativo, mesmo que tal sigilo seja imposto enquanto perdurar a tramitação do procedimento interno, todas as autoridades responsáveis possuem acesso a tais informações, o que lhes orienta na tomada de decisão.

35. Já nesta oportunidade ocorre o contrário. Impõem-se restrição a toda a sociedade – rompendo com o princípio democrático contido no art. 1º, parágrafo único da Constituição da República – incluindo os Deputados e Senadores que irão, ao fim, tomar a decisão final sobre a questão.

36. **Em outras palavras, impõem-se este sigilo até mesmo às autoridades que irão deliberar sobre o assunto, o que demonstra a cabal inconstitucionalidade de tal postura dos impetrados.**

37. **Figura-se como verdadeira obstrução formal imposta aos próprios Parlamentares Federais** que, como legítimos representantes do povo, ficam impedidos de tomar parte de todas as informações e detalhes sobre projeto posto à sua apreciação em razão de uma atuação inconstitucional do Poder Executivo Federal.

38. **De outra forma, é completamente inconcebível que estudos realizados para embasar uma proposta de alteração constitucional apenas possam ser tornados públicos após a aprovação da PEC.**

39. Repita-se, a promulgação de Emenda à Constituição não pode, em absoluto, ser comparada a tomada de decisão administrativa. É procedimento político matriz do processo democrático representativo, que deve ser discutido por toda a sociedade, sendo obrigação da Administração conceder elementos suficientes para o empoderamento da sociedade civil sobre o assunto.

11

40. **Por esta mesma razão, tal negativa da Administração figura como um verdadeiro atentado à democracia, pois obriga o cidadão a construir sua livre concepção política de maneira cega, impondo-lhe apenas as informações escolhidas, unilateralmente, pela Administração como passíveis de divulgação.**

41. Exclui-se a possibilidade de uma participação qualificada da sociedade civil organizada, negando-lhes informações de interesse público utilizadas como justificativa para a redação de uma pretensa Emenda Constitucional.

42. **É evidente, portanto, a promoção de uma verdadeira deturpação da norma com fins de omitir da sociedade brasileira os dados concretos que, em tese, dariam suporte aos argumentos traçados pelo Governo Federal em prol da nomeada “Reforma da Previdência”.**

43. Dito isso, crê-se demonstrada a flagrante inconstitucionalidade e ilegalidade que acometem a restrição imposta pelos impetrados aos dados e estudos que, em

tese, dão sustentação à PEC n. 06/2019, razão pela se demonstra a necessidade premente de sustação imediata de tal sigilo.

#### IV – DO PEDIDO DE LIMINAR

44. A concessão de medida liminar, em sede de Mandado de Segurança, depende da demonstração do perigo da demora e da probabilidade do direito. Ambos presentes na presente ação.

45. Quanto à probabilidade do direito, o art. 5º, XXXIII c/c art. 37, *caput* e §3º, II da Constituição da República, somados aos art. 3º, I e II e art. 5º da Lei de Acesso à Informação, demonstram a firmeza do direito fundamental do cidadão ao acesso às informações.

46. Por outro lado, o art. 20 do Decreto n. 7.724/2012 – utilizado pela Administração para negar acesso aos estudos e informações referentes aos dados técnicos que baseiam a proposta da “Reforma da Previdência” – não é aplicável ao presente caso, tendo em vista não poder se parrear a aprovação de uma PEC com a tomada de uma decisão administrativa.

47. Já o perigo da demora se encontra no ritmo acelerado imposto pelo Congresso Nacional na apreciação na PEC n. 06/2019, tratada como prioridade pelo Governo Federal e por parte dos parlamentares federais.

48. Dessa forma, existe risco ao resultado útil ao processo na hipótese de apreciação e aprovação da mencionada proposta sem a divulgação integral de todas as informações que as circundam.

49. Da mesma maneira, há risco de dano irreversível, uma vez que a votação da mencionada proposta, se tomada com base em informações parcas, não poderá ser revista.

50. Inclusive, noticia-se clara movimentação de parcela do Poder Executivo Federal para que a liberação destas informações apenas ocorra após a análise de constitucionalidade prévia a ser realizada pela Comissão de Constituição e Justiça<sup>2</sup>.

51. Este fato reforça a inconstitucionalidade – e o desprezo à democracia – de se impor aos Deputados Federais a situação de serem obrigados a votar a constitucionalidade de proposta que não teve todas as suas informações disponibilizadas.

52. Percebe-se que sequer a Secretaria de Previdência compreende serem sigilosos tais documentos, mas apenas que eles não podem ser acessados antes da análise por parte da Comissão de Constituição de Justiça, podendo ser liberados em momento posterior.

53. Assim, demonstra-se a necessidade de concessão imediata da liminar para que haja a **imediata suspensão do sigilo imposto pelo Ministério de Economia** aos estudos, informações e dados, consubstanciados em pareceres técnicos, jurídicos em qualquer outro documento informativo ou de mérito, que tratem sobre a Previdência Social, sobretudo àqueles que serviram de substrato para a Proposta de Emenda à Constituição n. 06/2019.

13

## V – DOS PEDIDOS

54. Pelo exposto, os impetrantes, partidos políticos com representação no Congresso Nacional, requerem:

- a. **Liminarmente**, pela concessão da medida liminar *inaudita altera pars* para sustar todo e qualquer sigilo imposto pelo Ministério da

---

<sup>2</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/maia-anuncia-acordo-com-governo-para-liberar-dados-da-reforma-apos-ccj.shtml>

Economia aos documentos “preparatórios” que baseariam as medidas inseridas na Proposta de Emenda à Constituição n. 06/2019 (PEC da Reforma da Previdência), **publicando-os antes da sessão da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, agendada para a próxima terça-feira (23/04/2019, às 14h30min), em que está pautada a deliberação desta questão, sob pena de pagamento de multa por minuto a ser arbitrada por este d. Juízo;**

- i. Ou, subsidiariamente, que seja suspensa a tomada de qualquer deliberação sobre a referida **Proposta de Emenda Constitucional nº 6 de 2019** no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça até a efetiva liberação de todos os documentos referentes a estudos e dados que versem sobre a Previdência Social, sobretudo aquelas que dão sustento à dita “PEC da Reforma da Previdência”;
- b. Sejam, os impetrados, intimados para apresentar informações dentro do prazo legal;
- c. No **mérito**, seja concedida a ordem, de modo a se manter vigente a liminar concedida,
  - i. Ou, subsidiariamente, no caso de não concessão da medida liminar, seja concedida a ordem para sustar todo e qualquer sigilo imposto pelo Ministério da Economia aos documentos “preparatórios” que baseiam as medidas inseridas na Proposta de Emenda à Constituição n. 06/2019 (PEC da Reforma da Previdência);

14

55. Por fim, pugna-se requer que as intimações ocorram as pessoas de

**EUGÊNIO ARAGÃO**, OAB/DF n. 4.935 e **ANGELO LONGO FERRARO**,  
OAB/DF 37.922.

Nestes termos, pede deferimento,

Brasília, 22 de abril de 2018.

*Eugênio José Guilherme de Aragão*  
OAB/DF 4.935

*Angelo Longo Ferraro*  
OAB/DF 37.922

*Marcelo Winch Schmidt*  
OAB/DF 53.599

*Miguel Filipi Pimentel Novaes*  
OAB/DF 57.469

*Rachel Luzardo de Aragão*  
OAB/DF 56.668

*Gabriel Brandão Ribeiro*  
OAB/DF 48.837

*Carolina Freire Nascimento*  
OAB/DF 59.687